

**AgRg nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.789.123 - PE
(2018/0342583-4)**

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
AGRAVANTE : FRANCISCO ADRIANO BEZERRA DE MENEZES
ADVOGADO : FRANCISCO ADRIANO BEZERRA DE MENEZES (EM CAUSA PRÓPRIA) - PE008237
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

EMENTA

PENAL. RECURSO ESPECIAL. DECISÃO PARCIALMENTE RECONSIDERADA. CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO DE EXTRAÇÃO CONSTITUCIONAL, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL, VIA INADEQUADA. COMPETÊNCIA DO PRETÓRIO STF. PRECEDENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. **HABEAS CORPUS** UTILIZADO COMO PARADIGMA. IMPRESTABILIDADE À COMPROVAÇÃO DO ALEGADO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE RECONSIDERADA, TÃO SOMENTE PARA CORRIGIR ERRO MATERIAL, MANTIDOS OS DEMAIS TERMOS DO **DECISUM** REPROCHADO.

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental nos embargos de declaração interposto por **FRANCISCO ADRIANO BEZERRA DE MENEZES** contra a decisão de fls. 4.229-5.240, de **minha lavra**, na qual não conheci do recurso especial para dar-lhe parcial provimento, tão somente para suspender a execução provisória da pena restritiva de direitos.

Consta dos autos que foram apresentados **embargos de declaração**, o eg. Tribunal **a quo**, à unanimidade de votos, os rejeitou (fls. 4.343-4.352). Eis a ementa do **decisum**:

"PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS CONTRA O ACORDÃO LAVRADO NA APELAÇÃO CRIMINAL. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 619 DO CPP. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE NA VIA DOS PRESENTES EMBARGOS. DECISÃO - POR UNANIMIDADE DE VOTOS, FORAM CONHECIDOS E REJEITADOS OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS, COM A DETERMINAÇÃO DE

*PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA O CUMPRIMENTO DA
PENA FIXADA PARA O RECORRENTE, CONFORME
ENTENDIMENTO FIRMADO PELO STF, NA ANÁLISE DO HC
No 126292."*

Nas **razões do recurso especial**, interposto com fulcro nas alíneas **a** e **c**, do permissivo constitucional, o recorrente sustenta a ocorrência de violação ao 59, do Código Penal, e ao art. 93, inciso IX, da Constituição da República, bem como a ocorrência de dissídio jurisprudencial. Para tanto, argumenta que:

a) Foi violado o art. 93, inciso IX, da Constituição Federal, ao argumento de que *"fica evidente que a fundamentação trazida na decisão desserve para o fim de exacerbar a pena imposta ao Recorrente, na medida em que foi calcada em elementos do próprio tipo penal ou em elementos genéricos e vagos, o que mostra não ser admissível tal raciocínio para se elevar, como o foi, a pena base imposta ao Recorrente, e ainda por desrespeitar o art. 93, inciso IX da Constituição Federal"* (fl. 4.750);

b) Houve violação ao art. 59, do Código Penal, bem como divergência jurisprudencial sobre o tema, na medida em que *"ao dosar pena-base acima do patamar mínimo, mais precisamente em três vezes e meia, a decisão mostra-se errada, e por que não dizer teratológica, posto que não restou demonstrado de forma idônea os motivos de tal majoração, procurando-se com isso, na verdade, se estabelecer uma manipulação matemática unicamente para afastar o intercurso da prescrição retroativa, amparada pela Lei penal vigente à época dos fatos e da denúncia, mais favorável ao Recorrente"* (fl. 4.750);

c) Deve ser reconhecida a extinção da punibilidade, pela prescrição, sob o fundamento de que *"No caso vertente a exacerbação da pena base MUITO ACIMA DO MÍNIMO e de totalmente arbitrária e sem fundamentação adequada, se fez, exatamente, para elidir o curso da prescrição retroativa, uma vez que a ação penal se iniciou, com o oferecimento*

da denúncia em 23/03/2005, dando-se a publicação da sentença em 20/09/2010, tudo comprovado pela simples verificação dos autos" (fl. 4.776);

Apresentadas as **contrarrazões** (fls. 5.136-5.145), o recurso foi parcialmente **admitido** na origem (fls. 5.182-5.190) e os autos ascenderam a este Superior Tribunal de Justiça.

Em **decisão** de fls. 5.206-5.207, a Presidência deste Superior Tribunal **deferiu efeito suspensivo** ao recurso especial, tão somente "*para sustar a execução das penas restritivas de direito em curso na 1ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru (PE), até o julgamento do presente recurso especial*" (fl. 5.207).

Conclusos os autos a mim (fl. 5.215), proferi **despacho** (fl. 5.217) para que o d. representante do **Parquet** Federal se manifestasse em relação ao recurso especial.

O Ministério Público Federal, em seu d. **parecer**, manifestou-se pelo **desprovemento do recurso especial** (fls. 5.219-5.224).

Em **decisão** de fls. 5.229-5.240, conheci em parte do recurso especial, para dar-lhe parcial provimento, nos termos da ementa a seguir transcrita:

"PENAL. RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA QUE CONCEDE EFEITO SUSPENSIVO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO DE EXTRAÇÃO CONSTITUCIONAL, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL, VIA INADEQUADA. COMPETÊNCIA DO PRETÓRIO STF. PRECEDENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. HABEAS CORPUS UTILIZADO COMO PARADIGMA. IMPRESTABILIDADE À COMPROVAÇÃO DO ALEGADO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. RECURSO ESPECIAL QUE NÃO APONTA, DE FORMA CLARA E ESPECÍFICA, COMO TERIA HAVIDO A ALEGADA VIOLAÇÃO AO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL. SÚMULA N. 284/STF. INCIDÊNCIA. RECURSO ESPECIAL

PARCIALMENTE CONHECIDO, PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, TÃO SOMENTE NO QUE CONCERNE À MANUTENÇÃO DO EFEITO SUSPENSIVO DEFERIDO EM RELAÇÃO À EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS."

Contra tal **decisum**, foram opostos embargos de declaração (fls. 5.245-5.265), por meio dos quais se alegou, em síntese, que:

a) *"o julgado vergastado, em síntese, limitou-se a travar uma discussão em torno de questionável excesso de formalidade, em detrimento do conteúdo da matéria recursal, na qual está em jogo a própria liberdade do embargado, arguível, inclusive por via de habeas corpus"* (fl. 5.248);

b) *Persiste a violação ao art. 580, do CPP, na medida em que "existindo vínculo entre as partes de forma e de direito material, sendo este discutido no âmbito da mesma demanda, impende ao julgador considerar resguardar os princípios da equidade e da proporcionalidade, produzindo um julgamento uniforme fulcrado nos balizamentos da segurança jurídica e da economia processual, alicerces"* (fl. 5.250);

c) *"Apesar de clara e exaustiva a demonstração analítica do conflito jurisprudencial, inclusive de forma bastante objetiva, a decisão embargada optou pelo lugar comum, transformando algo que deveria ser prático e viável, num excesso inadmissível de formalismo"* (fl. 5.251).

Em **decisão** de fls. 5.268-5.279, rejeitei os embargos de declaração. Confira-se, a propósito, a ementa do **decisum**:

PENAL E PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL MINISTERIAL. ALEGAÇÃO DE VÍCIO NO EMBARGO. NÃO ESPECIFICAÇÃO DE QUAL VÍCIO PADECERIA O DECISUM EMBARGADO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO. RECURSO ESPECIAL QUE ANALISA, EM MINÚCIAS, O QUE SUSCITADO PELA PARTE RECORRENTE. EMBARGOS REJEITADOS.

Daí a interposição do presente **agravo regimental**, por meio do qual se alega, nas suas longas razões, em síntese, que:

a) *"O manejo da jurisprudência defensiva tem sido posicionamento corrente dos Tribunais - especialmente superiores (STF e STJ) – que optam por colocar aspectos puramente técnicos ou excessivamente formais, como obstáculos para o exame de mérito dos recursos, sendo claro o propósito de desafogar o trânsito dos processos, em detrimento da correta aplicação do direito ao caso concreto" (fl. 5.290);*

b) *"[...] o Agravante, de forma alguma, se utilizou de decisão em habeas corpus como paradigma, mas, tão somente, como meio de comprovação de um conflito interpretativo e valorativo inadmissível intra processo, que se instalou, com decisões conflituosas sobre a mesma matéria, restando clara a preponderância da forma sobre o conteúdo" (fl. 5.292);*

c) *Deve se observar o "princípio da primazia da resolução de mérito confunde-se com o julgamento em razoável do processo, e vem de encontro ao artigo 5º, LXXVIII da CF" (fl. 5.292); "resta claro o emprego da cita jurisprudência defensiva, combatida pela CF/88 e pelo CPC/2015" (fl. 5.292); "o emprego de uma decisão genérica e padronizada no que se refere ao exame de admissibilidade deste Recurso Especial, deixa claro que não foi utilizada fundamentação na forma exigida pelo art. 93, IX, da CF/88 e art. 489, § 1º, do CPC/2015" (fl. 5.292);*

d) *"não há consignação na parte dispositiva da decisão guerreada, rejeição ao verdadeiro recurso de Embargos de Declaração interposto pelo Réu, mas, literalmente, a outro, estranho as partes, e aos objetivos deste processo" (fl. 5.293); motivo pelo qual "resta evidente a invalidade da decisão que julgou monocraticamente os embargos de declaração, principalmente" (fl. 5.294);*

e) *A "AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA DA DECISÃO MONOCRÁTICA", "quer por pecar pela generalidade e excesso de formalismo, não enfrentar as hipóteses que subsidiaram o recurso interposto, e ainda por violar o dever geral de fundamentação previsto no art. 93, inciso IX, da Carta Magna" (fl. 5.295);*

f) *"A peça recursal também prima pela clara demonstração de cotejo analítico em relação ao caso concreto, devidamente confrontados com os acórdãos paradigmas, de diversas cortes do país, sendo inadequada a afirmação de que houve mera transcrição de ementas"* (fl. 5.302);

g) *"A decisão também merece ser reformada, quando evidente que a suposta prejudicialidade de exame do mérito recursal, envolveria reexame do conjunto fático-probatório constante dos autos, de modo a incidir o Enunciado n. 7 da Súmula do STJ", e "a decisão Agravada em nenhum momento explica ou demonstra as razões pelas quais seria aplicável o Enunciado n. 7 da Súmula do STJ. Isto é, não aponta por qual motivo seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório constante dos autos"* (fl. 5.330).

h) *"No caso específico destes autos, prequestiona-se desde a violação direta e frontal ao texto constitucional a preceitos constitucionais cometida pela decisão que denegou, especialmente, tratando-se de impedimento à revisão da dosimetria de pena, até mesmo porque admissível em sede de habeas corpus"* (fl. 5.333).

Pugna, ao final, pela apresentação do recurso ao colegiado.

É o relatório.

Decido.

Em percuente análise dos autos, verifica-se, **em parte**, a pertinência das alegações do recorrente e, nos termos do art. 259 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **reconsidero, em parte**, a decisão de fls. 5.268-5.279.

Explico.

Preliminarmente, em obediência ao que dispõe o art. 489, § 1º, do Código de Processo Civil, em relação à alegação de que *"O manejo da jurisprudência defensiva tem sido posicionamento corrente dos Tribunais - especialmente superiores (STF e STJ) - que optam por colocar aspectos*

*puramente técnicos ou excessivamente formais, como obstáculos para o exame de mérito dos recursos, sendo claro o propósito de desafogar o trânsito dos processos, em detrimento da correta aplicação do direito ao caso concreto" (fl. 5.290), e de que "não há consignação na parte dispositiva da decisão guerreada, rejeição ao verdadeiro recurso de Embargos de Declaração interposto pelo Réu, mas, literalmente, a outro, estranho as partes, e aos objetivos deste processo" (fl. 5.293); motivo pelo qual "resta evidente a invalidade da decisão que julgou monocraticamente os embargos de declaração, principalmente" (fl. 5.294), como dito, **diviso que o reclamo merece prosperar, parcialmente.***

Em verdade, o simples fato de constar o nome do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, na parte dispositiva do **decisum** reprochado, por si só, não o torna nulo, pois, conforme se extrai da decisão monocrática de fls. 5.229-5.240 (que deu parcial provimento ao recurso especial), e da decisão de fls. 5.268-5.279 (que rejeitou os embargos de declaração), consta, na sua especificação (autuação), os nomes corretos das partes, recorrente e recorrido.

Sendo assim, o referido fato narrado pelo ora recorrente, no presente reclamo, não enseja a ocorrência de qualquer nulidade ou mácula a permitir o cancelamento **in totum** do **decisum** recorrido. Trata-se, pois, de mero erro material, que pode, inclusive, ser sanado, a qualquer tempo, sem que, contudo, permita alterar a **ratio** do que decidido nos recursos anteriores.

Porém, em homenagem ao princípio da obediência das formas, **reconheço, de ofício, o referido erro material** constante da decisão às fl. 5.279, a respeito do equívoco no nome constante na parte dispositiva, e procedo à devida correção.

Assim, **onde se lê:**

*"Assim, ao contrário do que alegado nos presentes embargos, verifica-se que o julgado recorrido não padece de qualquer **vício**, porquanto decidiu, fundamentadamente, a questão trazida à sua análise, pelo subscritor do recurso especial, qual seja, o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, não podendo ser revisto tão somente porque contrário aos*

interesses da parte ora embargante" (fl. 5.279)

Leia-se:

"Assim, ao contrário do que alegado nos presentes embargos, verifica-se que o julgado recorrido não padece de qualquer vício, porquanto decidiu, fundamentadamente, a questão trazida à sua análise, não podendo ser revisto tão somente porque contrário aos interesses da parte ora embargante."

No mais, **não** merece guarida o que alegado no presente recurso.

No que se refere à alegação de que deve se observar o "*princípio da primazia da resolução de mérito confunde-se com o julgamento em razoável do processo, e vem de encontro ao artigo 5º, LXXVIII da CF*" (fl. 5.292); "*resta claro o emprego da cita jurisprudência defensiva, combatida pela CF/88 e pelo CPC/2015*" (fl. 5.292); "*o emprego de uma decisão genérica e padronizada no que se refere ao exame de admissibilidade deste Recurso Especial, deixa claro que não foi utilizada fundamentação na forma exigida pelo art. 93, IX, da CF/88 e art. 489, § 1º, do CPC/2015*" (fl. 5.292), e de que a "*AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA DA DECISÃO MONOCRÁTICA*", "*quer por pecar pela generalidade e excesso de formalismo, não enfrentar as hipóteses que subsidiaram o recurso interposto, e ainda por violar o dever geral de fundamentação previsto no art. 93, inciso IX, da Carta Magna*" (fl. 5.295), de igual modo, constato que o reclamo não merece prosperar.

Isso, porque não cabe a esta Corte se manifestar, em sede de recurso especial, sobre a alegada violação, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. NÃO INDICAÇÃO DE QUALQUER DOS VÍCIOS DO ART. 619 DO CPP. EXAME DE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS DA CF. NÃO CABIMENTO.

[...]

3. Consoante reiterado entendimento desta Corte, é incabível o exame de matéria constitucional em sede de recurso especial, ainda que para fins de prequestionamento.

4. *Embargos de declaração rejeitados*" (EDcl no AgRg no REsp n. 1.350.825/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe de 12/2/2014, grifei).

No que diz se refere à alegação de que restou comprovado o alegado dissídio jurisprudencial, sobre o argumento de que *"A peça recursal também prima pela clara demonstração de cotejo analítico em relação ao caso concreto, devidamente confrontados com os acórdãos paradigmas, de diversas cortes do país, sendo inadequada a afirmação de que houve mera transcrição de ementas"* (fl. 5.302), melhor sorte não assiste ao recorrente, devendo ser mantido, também quanto ao ponto, o **decisum** vergastado.

De fato, no que diz respeito à interposição do reclamo pela alínea **c**, do permissivo constitucional (ocorrência de dissídio jurisprudencial), identifico que o pleito **não** reúne condições de prosperar.

É preciso destacar que a interposição do apelo extremo, com fulcro na alínea **c** do permissivo constitucional exige o atendimento dos requisitos contidos no art. 1028, e § 1º do Código de Processo Civil, e no art. 255, § 1º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, para a devida demonstração do alegado dissídio jurisprudencial, pois, **além da transcrição de acórdãos** para a comprovação da divergência, **é necessário o cotejo analítico entre o aresto recorrido e o paradigma**, com a constatação da identidade das situações fáticas e a interpretação diversa emprestada ao mesmo dispositivo de legislação infraconstitucional, **situação que não ocorreu, in casu**.

Como dito pelo ilustre representante do **Parquet** Federal, em seu d. **parecer**: *"o recorrente, no tocante ao alegado dissídio pretoriano, a despeito de colacionar à peça de recurso especial ementas e trechos de votos de julgados de outros Tribunais, não efetuou o necessário cotejo analítico entre o acórdão recorrido e outros arestos alçados a paradigma, com vistas à demonstração da similitude fática"* (fl. 5.220).

A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO

ESPECIAL. PECULATO. DOSIMETRIA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. MAJORANTE DO ART. 327, § 2º, DO CP. MANUTENÇÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[...]

4. Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, 'a simples transcrição de ementas e de trechos de julgados não tem o condão de caracterizar o cotejo analítico, uma vez que requer a demonstração das circunstâncias identificadoras da divergência entre o caso confrontado e o aresto paradigma, ainda quando se trate de dissídio notório' (REsp n. 1.691.118/MG, Rel. Ministro Og Fernandes, 2ª T., DJe 11/10/2017).

5. Agravo regimental não provido." (AgRg no REsp n. 1.374.714/RN, Sexta Turma, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, DJe de 4/12/2017, grifei).

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. NEGOCIAÇÃO DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS SEM AUTORIZAÇÃO PRÉVIA. ADEQUAÇÃO TÍPICA DA CONDUCTA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DOSIMETRIA. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO. DECISÃO MANTIDA.

[...]

Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp n. 1.449.193/CE, Quinta Turma, de minha lavra, DJe de 26/2/2018, grifei).

De mais a mais, da análise do apelo nobre, constata-se que o recorrente, para a comprovação do alegado dissenso, colacionou acórdãos paradigmas proferidos em sede de **habeas corpus** (HC n. 54.616/RJ; HC n. 68.751/?; HC 69.141/?; RHC n. 19.390/SP; HC n. 60.524/PR; HC n. 229.260/GO; HC n. 178.482/PR; HC n. 122.152/AL; HC n. 144.293/SP [...]). Constata-se, assim, como dito no **decisum** vergastado, que não se mostram configurados os requisitos necessários à admissão do apelo nobre, nos termos legais e regimentais.

Ora, como cediço, nos termos do entendimento estabelecido nesta Corte Superior de Justiça, *"não se admite como paradigma para comprovar*

eventual dissídio, acórdão proferido em habeas corpus, mandado de segurança, recurso ordinário em habeas corpus, recurso ordinário em mandado de segurança e conflito de competência" (AgRg no AREsp n. 807.982/MS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe de 26/5/2017, grifei), como se deu no presente caso.

Nesse sentido, ilustrativamente:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL EM RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. TRANSCRIÇÃO DE EMENTAS. HABEAS CORPUS UTILIZADOS COMO PARADIGMAS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

[...]

2. A demonstração do dissídio jurisprudencial deve ser realizada com cotejo analítico entre o acórdão recorrido e o acórdão paradigma, não bastando a transcrição de ementa. Ademais, acórdão decorrente de habeas corpus não é válido como paradigma para fins de comprovação do dissídio jurisprudencial.

3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp n. 667.807/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, DJe de 5/4/2017).

No que pertine à alegação de que *"A decisão também merece ser reformada, quando evidente que a suposta prejudicialidade de exame do mérito recursal, envolveria reexame do conjunto fático-probatório constante dos autos, de modo a incidir o Enunciado n. 7 da Súmula do STJ"*, e de que *"a decisão Agravada em nenhum momento explica ou demonstra as razões pelas quais seria aplicável o Enunciado n. 7 da Súmula do STJ. Isto é, não aponta por qual motivo seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório constante dos autos"* (fl. 5.330), também não há como acolher a irresignação.

Isso porque, da leitura atenta do **decisum** reprochado, constata-se, **primo ictu oculi**, que tal fundamento não foi utilizado, **em nenhum momento**, como razão para desprover o recurso anteriormente interposto. Ao que parecer, deve ter sido algum equívoco do ora recorrente.

Por oportuno, confira-se a ementa da decisão ora recorrida.

"PENAL. RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA QUE CONCEDE EFEITO SUSPENSIVO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO DE EXTRAÇÃO CONSTITUCIONAL, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL, VIA INADEQUADA. COMPETÊNCIA DO PRETÓRIO STF. PRECEDENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. **HABEAS CORPUS** UTILIZADO COMO PARADIGMA. IMPRESTABILIDADE À COMPROVAÇÃO DO ALEGADO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. RECURSO ESPECIAL QUE NÃO APONTA, DE FORMA CLARA E ESPECÍFICA, COMO TERIA HAVIDO A ALEGADA VIOLAÇÃO AO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL. SÚMULA N. 284/STF. INCIDÊNCIA. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO, PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, TÃO SOMENTE NO QUE CONCERNE À MANUTENÇÃO DO EFEITO SUSPENSIVO DEFERIDO EM RELAÇÃO À EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS." (fl. 5.229).

Sendo assim, também **não** merece acolhimento o reclamo, quanto a esse ponto.

Por fim, no que se refere à alegação de que deve ser reconhecida a extinção da punibilidade, pela prescrição, pois "*No caso vertente a exacerbação da pena base MUITO ACIMA DO MÍNIMO e de totalmente arbitrária e sem fundamentação adequada, se fez, exatamente, para elidir o curso da prescrição retroativa, uma vez que a ação penal se iniciou, com o oferecimento da denúncia em 23/03/2005, dando-se a publicação da sentença em 20/09/2010, tudo comprovado pela simples verificação dos auto*" (fl. 4.776), também diviso que o reclamo não merece acolhimento, devendo ser mantido o **decisum** digladiado.

Verifica-se, **in casu**, a deficiência da fundamentação do recurso, pois, em que pese tenha o recorrente indicado como violado o art. 109, inciso V, do Código Penal, supostamente tidos por violados, **não** se é possível a exata

compreensão da controvérsia, justamente porque os argumentos apontados no **apelo nobre** não demonstram, de forma clara e específica, como teria havido violação a referida legislação federal infraconstitucional.

O apelo nobre, portanto, esbarra na **Súmula 284 do STF**, que preceitua, **verbis**: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia*".

A propósito, colaciono o seguinte julgado:

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO TENTADO. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ATIPICIDADE MATERIAL. INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. RECONHECIMENTO DA FIGURA PRIVILEGIADA. TESES GENÉRICAS, SEM INDICAÇÃO PRECISA DE COMO A LEI FEDERAL TERIA SIDO VIOLADA. SÚMULA N. 284 DO STF.

[...]

III - A dedução de ofensa a lei federal de forma genérica, sem a indicação precisa de como o dispositivo indicado teria sido violado atrai a incidência da Súmula n. 284 do STF. Agravo regimental desprovido" (AgRg no AgRg n. 576.185/DF, **Quinta Turma**, de **minha lavra**, DJe de 3/8/2015, grifei).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO. DESCLASSIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL TIDO POR VIOLADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 284 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[...]

2. A ausência de indicação do dispositivo de lei federal supostamente contrariado na instância ordinária caracteriza deficiência na fundamentação, o que dificulta a compreensão da controvérsia, atraindo a incidência da Súmula n. 284 do STF.

3. Agravo regimental não provido" (AgRg no AREsp n. 356.998/DF, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Rogério Schietti**

Cruz, DJe de 9/2/2015, grifei).

Feitas essas considerações, **reconsidero** o **decisum** objurgado, que rejeitou os embargos de declaração (fls. 5.268-5.279), tão somente para, reconhecendo o **erro material** dele constante, se **excluir**, da sua parte dispositiva, o termo "*Ministério Público do Estado de Santa Catarina*" (fl. 5.279), mantidos os demais termos, bem como o **decisum** de fls. 5.229-5.240.

P. I.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer
Relator

